

Do enunciado à enunciação

Hugo Mari

(UFMG)

1. O que é um modelo?

O uso mais genérico que podemos fazer do termo *modelo* assegurará a ele um teor de certeza, de padronização que ultrapassa os meros acidentes a que estão sujeitos os exemplares particulares que couberem no seu domínio. Aqui o termo torna-se um equivalente para *arquétipo*, *protótipo*, *exemplar ideal* e, quando assumido nesta perspectiva, sua função vem a ser a de definir condições abstratas e ideais da existência possível de uma classe de objetos, onde as circunstâncias específicas que marcam certos acidentes individuais devem ser desprezadas. Quando se diz que “precisamos de um *modelo* de Estado mais eficaz”, estamos falando dessas condições ideais de funcionamento de um aparelho social. Numa apropriação mais corriqueira, e menos globalizante, pensa-se, ainda, *modelo* como uma variação possível para determinados membros, e não para todos, dentro de uma classe. É assim que entendemos um novo *modelo* de tênis, de corte de cabelo, de carro etc. No primeiro caso, *modelo* tem a extensão de uma classe de objetos, para os quais ele se transforma numa espécie de filtro que define critérios de pertinência; no segundo, uma subclasse de elementos que destoam do padrão geral de um domínio pela presença de um acidente qualquer.

Os dois usos são muito próximos, com a diferença de que o primeiro caso enquadra em *modelo* certas condições objetivas que caracterizam um dado grupo de objetos, enquanto o segundo projeta condições para a existência de um dado objeto. Não há nenhuma contradição substantiva nesses dois usos consagrados: afinal, uma decisão entre classe e elemento de classe nem sempre foi, na história, uma questão simples de resolver. *Modelo*, nessas duas dimensões, apenas consagra essa dificuldade, na medida em que partilha de extensões distintas de aplicação. Aqui, estaremos ressaltando alguns aspectos desse primeiro uso, naquilo em que ele pode auxiliar na compreensão de certos aspectos atuais da prática linguística.

A terminologia especializada nos reserva, entretanto, outros aspectos que emergem de *modelo*; embora não se possa dizer que eles venham

contradizer esse uso ordinário do termo, é importante assinalar algumas diferenças. Em termos mais abrangentes, poderíamos dizer que *modelo* traduz, numa forma mais abstrata, o *modo de compreensão* de uma classe de objetos; muitas vezes até mesmo criamos *modelos* com a finalidade de melhor compreender os objetos. A humanidade praticou esse exercício de compreensão, numa dimensão metalingüística, nas mais diversas formas, nos períodos mais distintos. Lembremos aqui o período pré-socrático onde a preocupação foi a de determinar um *modelo de compreensão da origem do universo*, com base nos elementos básicos, como água, fogo etc. A Idade Média consagrou essa preocupação de uma forma distinta: qualquer processo de conhecimento deveria ser transformado numa forma lógica “S é P”, único *modelo de racionalidade* aceitável para os lógicos terministas. A Modernidade, com as descobertas sobre a Astronomia (Galileu, Ticho Brahe, Newton), popularizou um novo *modelo*, onde compreender era geometrizar, isto é, expressar em relações geométricas todo o conhecimento sobre o espaço celeste, o comportamento dos astros etc. O Historicismo, entre os séculos XVIII e XIX, e o formalismo, no início do século XX, criaram também novas condições de possibilidade para compreensão, gerando, assim, um *modelo historicista*, um *modelo formalista*. A pluralidade de *modelos* que poderíamos reconhecer é muito extensa, aqui estamos apenas lembrando alguns momentos isolados, onde a forma de compreensão se fez através de padrões bem definidos. Também aqui não estamos preocupados em falar de disciplinas locais, que acabam por redefinir *modelos globais* de forma específica.¹

Numa abordagem menos informal, o conceito de *modelo* pode ser apresentado como se segue: dada uma situação (X) enigmática (povoada de problemas a serem resolvidos), formulamos questões (Q) para as quais podemos obter alguma forma de resposta (R). O conjunto que reúne X (Q, R), chamamos de *um Modelo* (M). Então, M é um construto abstrato capaz de fornecer soluções para problemas que são propostos, a partir de regras, de procedimentos internos (mas que podem ser externamente determinados) que operam algum tipo de cálculo e que foram inscritos na

¹ A História da Lingüística, a partir da Gramática Transformacional, conviveu largamente com os chamados *modelos formais*, Autômatos Finitos, Máquinas de Turing, Processos Markovianos, K-Linguagem, C-Linguagem. (Cf. GROSS, M. **Modelos Matemáticos em Lingüística**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. (entre outros)).

construção de M , na forma de um algoritmo, isto é, de um procedimento formal que permite, dado um número qualquer de Q_n , calcular R_n correspondentes.² Esse formato de apresentação de um *modelo* expressa, em grande parte, os mesmos fatos que a formulação intuitiva anteriormente mencionada: um *modelo* tem sempre um caráter projetivo em relação às soluções que pode prover e tem um teor imersivo, em relação ao tipo de questões que aceita como estímulo.

2. Modelos de estudo da linguagem

A partir dos comentários precedentes, gostaria, então, de discutir duas dimensões que representam investidas diferenciadas sobre certos fatos de linguagem, as quais, “lato sensu”, estamos denominando de *modelos de compreensão*. Da discussão de alguns dos *modelos*, que estão situados no interior de cada uma das investidas, derivamos, então, alguns problemas que estão no centro da discussão de um *modelo* emergente, a saber, o *modelo da enunciação*. De modo mais amplo, vamos nos referir a essas investidas sob a forma de dois confrontos: o primeiro em termos de uma *relação: significação/ designação*; o outro, em termos de uma *relação: paradigma/sintagma*. Ambas contêm dificuldades que foram densamente criticadas no percurso de sua própria construção, mas cuja solução vem sendo associada à necessidade de uma transposição para o nível da enunciado. Em que termos mais apropriados, podemos expressar a problemática demarcada no interior de cada uma das relações acima?

2.1. Da relação: Significação/Designação

A primeira relação compreende, numa dimensão da Filosofia Analítica, dois *modelos* mais importantes: o de Frege (M_F), e o de Putnam/Kripke ($M_{P/K}$);³ cada um deles com perspectivas próprias para tratar de uma questão

² Resumido do artigo Modelo de GEYMONAT, G. & GIORELLO, G. In: **Enciclopédia Einaudi. Método – Teoria/Modelo**. 21. Porto: Imprensa-Nacional – Casa da Moeda, 1992. p. 183 e ss.

³ Aqui poderíamos lembrar um terceiro *modelo*, intermediário entre esses dois: aquele proposto por Russell para demonstrar que descrições definidas não são nomes próprios. Essa discussão, entretanto, escapa um pouco ao alcance desse comentário.

fundamental: como compreender os meios pelos quais a linguagem humana dispõe para referir? Em outras palavras, como definir condições gerais para que um termo possa referir-se a objetos?

Frege define essa questão, de forma específica para as descrições definidas (ou nomes próprios), mostrando que a condição primeira para referir implica uma associação a um conjunto de propriedades. Então, usar a expressão **o cão** para denotar um exemplar da espécie **CÃO** implica associar a **o cão** um elenco de propriedades tais, cuja conjunção nos leva à designação de um objeto tal. Dentre estas propriedades, é necessário, ao menos, indicadores gerais para cobrir: (1) a *animalidade de cão* e situá-lo numa espécie imediata; (2) a *sua caninidade* e situá-lo no gênero; (3) a *sua individualidade* e situá-lo como um objeto único de sua classe. As propriedades que vierem a preencher estes três indicadores gerais podem ter estatutos completamente diversos: por exemplo, as propriedades que compuserem a *animalidade de cão*, necessariamente, não pertencem a esse objeto de modo restrito. Aqui teremos apenas indicadores que congregam grandes aglomerados de objetos: a *animalidade de cão* inclui, por necessidade, aspectos da de *cavalo*, *tigre*, *baleia*, *lobo* etc. Outra ordem de propriedades deve preencher o indicador *caninidade*: algumas devem, por necessidade, excluir *cão* do domínio de *baleia* (e incluí-lo no de *cavalo*, *tigre*, *lobo*); outras devem excluir-lo do domínio de *cavalo*, *baleia* (e incluí-lo em *tigre*, *lobo*); outras ainda devem excluir-lo do de *cavalo*, *baleia*, *tigre* (e incluí-lo em *lobo*); outras finalmente devem excluir-lo do domínio de quaisquer desses elementos (e incluí-lo apenas no domínio onde as propriedades tivessem uma relação analítica, isto é, uma subclasse de tipos de *cão*). Esse critério é, certamente, de uma complexidade extrema, se pensarmos apenas numa possibilidade de ampliação da série acima, o que produziria um agravamento na decisão sobre a escolha de categorias, seja do ponto de vista metalingüístico, seja cognitivo. Essa tem sido uma leitura possível da formulação de Frege: assim, M_F representa um procedimento de compreensão para a primeira *relação*.

Se o *modelo* de Frege pretende definir condições necessárias para referir, então $M_{P/K}$ pretende apontar dificuldades que estão associadas a esta proposta, na medida em que seus autores declaram a impossibilidade lógica de definições analíticas (logo, de condições necessárias e suficientes que viessem assegurar qualquer pretensão à analiticidade). Embora as conclusões de Putnam e Kripke se aproximem, eles traçaram caminhos

diversos: Putnam chegou a essa conclusão analisando *espécies naturais* (animais, plantas, minerais – aquelas que, no dizer de Monod, não foram construídas a partir de um *projeto* prévio), enquanto Kripke, analisando nomes próprios lógicos. Como um e outro argumentam em favor dessa tese?

Para Putnam não seria possível, para qualquer espécie natural, enumerar um conjunto de propriedades (no estilo de M_F) que fosse suficiente para prover-lhe uma definição (analítica). Isto é, qualquer feixe de propriedades que reuníssemos com esta função seria deficiente porque, ou incluiria, na classe, objetos que fossem estranhos a ela, ou excluiria dela membros anormais, que regularmente incluímos na classe. Por exemplo, nenhuma fruta poderia ter, como critério de definição, o teor cromático da sua casca, porque (a) esse teor não é discreto e nem uniforme; de um modo geral o arbitramos numa escala contínua, onde os pólos costumam ser assumidos como padrão (já que os estágios intermediários seriam menos prototípicos) e (b) ainda que essa primeira dificuldade fosse desprezada, isso acabaria resultando em dificuldades adicionais: a decisão sobre um teor cromático único excluiria da classe membros anormais, mas que são certamente nela incluídos. Assim, o fato de não ter alcançado um grau de saturação de pigmentos “amarelados” em sua casca não faz uma **laranja** deixar de ser **laranja**, ainda que esse possa ser um critério que regule grande parte da nossa experiência imediata com essa fruta, por exemplo na sua fase de consumo. Muitos objetos que incluímos nessa classe possuem anomalias de natureza diversa. Raciocínios como esse levaram Putnam a concluir sobre a impossibilidade de se definir, analiticamente, espécies naturais: não há qualquer conjunto de propriedades que possa corresponder a condições de pertinência que, rigorosamente, decidam pela inclusão/exclusão de todos os membros de um dado conjunto.

De modo análogo, Kripke avaliou as descrições definidas ou nomes próprios lógicos. Segundo ele, não haveria um conjunto de propriedades tais que, associadas a um nome, garantisse inequivocamente a sua referência. Assim, “aquele que perdeu a batalha de waterloo”, “o monarca que se autocoroou”, “o primeiro dirigente de uma nação européia derrotado pelo inverno russo”, “ter nascido na Córsega” são todas descrições definidas que estão associadas a um indivíduo pertencente ao conjunto das pessoas que receberam o nome de Napoleão e garantem uma referência única nesse conjunto. Entretanto, esse fato não nos autoriza a deduzir que,

no conjunto, as descrições acima traduzem condições necessárias e suficientes (logo, analíticas) para a referência de um tal indivíduo dentre aqueles que receberam o nome de Napoleão. Afinal, esse mesmo indivíduo já foi antes designado por outras descrições definidas que não estas; além disso, nem o conjunto dessas propriedades já pôde ter garantido, ou poderia estar garantindo uma inequívoca referência de um mesmo indivíduo, já que muitos dos falantes tiveram a chance de conhecê-lo através de outras propriedades, e outros nem mesmo conheceram estas que foram listadas, ou, se as conheceram, esqueceram-se delas um dia.

Em resumo, o *modelo* (M_{PK}) descarta a formulação de que a referência possa ser assegurada pela conjunção de traços que representam condições necessárias e suficientes para designação. No fundo, o que se deduz de cada uma das formulações é a idéia de uma rede causal de relações que acaba por decidir, para circunstâncias específicas, as condições para referência: então, Napoleão pode, de fato, ser identificado por esse conjunto de categorias, mas pode também ser reconhecido por outros falantes, através de outros conjuntos, sendo que cada um representa uma rede causal que assegura, de modo eficiente, a referência.

Os fatos levantados nesta seção não apenas demonstram um certo formato diferente daquilo que tem sido a questão da linguagem no interior da Lingüística, como também se torna indicativo de uma abordagem que não conseguia dar conta de certas questões básicas no estudo da linguagem. Questões relativas ao tempo enunciativo, à identidade dos interlocutores, ao lugar social desses locutores, à direção argumentativa do discurso, às intenções que são postas em prática, nunca estiveram em condições muito vantajosas, num quadro de reflexão sobre o conhecimento da linguagem que tenha pautado por esse tipo de formulação. O que se deduz dessa abordagem é que questões como essas, deliberadamente ou não, foram excluídas de um *modelo* de racionalização, destinado a pensar questões inserias na *relação: significação/designação*. Não achamos, entretanto, que se possa descartar, de modo cabal, aquelas inquietações que foram aqui levantadas; elas acabaram por sugerir a compreensão de fatos importantes sobre a linguagem e até mesmo sobre aspectos do seu uso. Os trabalhos de Putnam, por exemplo, demonstraram o caráter deficitário das abordagens semânticas, ao tratar da definição de conteúdos lexicais. Alternativas que vêm sendo sugeridas para o impasse criado decorrem das críticas que foram formuladas originalmente por esse autor.

2.2. Relação: Paradigma/Sintagma

A segunda investida compreende *modelos* os mais variados, sobretudo se levarmos em conta a especificidade de algumas áreas de estudo da linguagem.⁴ Aqui, todavia, estaremos destacando apenas três *modelos* mais gerais, pois em tomo deles é possível situar aqueles aspectos mais relevantes da argumentação desejada. Destacamos, então, o *modelo do historicismo* (M_H), realçado pela busca de uma positividade para os estudos lingüísticos; o *modelo estruturalista* (M_E), salientando o caráter da diferença como padrão de racionalidade – e o *modelo transformacional* (M_T), centrado na formalização de regras de enumeração e na transformação de estruturas, ao menos no seu estilo mais precoce. Os fatos que correspondem ao específico de cada uma dessas intervenções sobre a linguagem têm um alcance geral e popularizado pela história da lingüística nos últimos tempos. Aqui, retomamos, desse percurso, apenas o que é essencial para a condução da análise que está sendo proposta. Que fatos, portanto, podemos extrair desses *três modelos*, representativos para a discussão presente?

Os procedimentos de análise que configuram a atividade de reflexão desenvolvida pelo M_H podem, de modo geral, ser documentados pelo alcance de uma positividade do conhecimento lingüística que se alcançou nesse período. O que expressa o teor desta positividade? De um lado, a aplicação de métodos rigorosos de análise, que colocava em contraste não apenas dados objetivos (o material fônico das línguas em questão), como também a busca de princípios gerais que servissem de suporte para análises projetivas. Se não havia uma objetivação dos fenômenos, sustentada quantitativamente, havia, ao menos, a materialidade do significante a assegurar uma fundamentação de base concreta para o conhecimento lingüístico. O M_H elege o território do significante como a instância pela qual todas as premissas sobre a compreensão da natureza da linguagem deveriam, necessariamente, convergir. Assim, todo um conjunto de fenômenos, associado a características, a transformações dos sistemas

⁴ Na Semântica, por exemplo, podemos localizar uma série de *modelos*, o que nem sempre corresponde aos três *modelos globais* que serão abordados nesse texto. Assim, temos Semântica Diacrônica, Semântica Estrutural, Semântica Gerativa, Semântica Interpretativa, Semântica Argumentativa etc.

vocálico e consonantal, não só representou a matéria prima que permitiu urdir os elementos de uma nova racionalidade para o conhecimento lingüístico, como também propiciou um rigor analítico tão grande às questões da linguagem, na forma como empreendida por Bopp, que acabou por fazer do *modelo historicista*, um procedimento de análise exemplar no século XIX.

A partir da segunda década deste século, os estudos da linguagem começam a ser invadidos por outro tipo de formulação: trata-se do *modelo estruturalista* que, apesar de eleger outros espaços de intervenção, acaba por assumir a continuidade da base de todo o trabalho desenvolvido no séc. XIX. Assim, pelo grau do conhecimento desenvolvido neste século, uma certa “lingüística do significante” continua em expansão, através de toda reflexão desenvolvida sobre a Fonologia dentro de Estruturalismo: é, com toda certeza, a disciplina (lingüística) que mais avançou nesse período e passou a ser vista não apenas como um setor onde as hipóteses tinham um peso analítico muito grande, mas também como princípio método para outras disciplinas na Lingüística (a Semântica Estrutural nasceu de uma extensão da Fonologia) ou em outros campos de estudo (a análise de mitos, de relações de parentesco na Antropologia Estrutural foi formulada a partir de padrões da Fonologia). O M_F catalisa grande parte dos méritos, em função do teor formal da reflexão desenvolvida. O apuramento teórico chegava muitas vezes a exageros, que acabavam por representar reducionismos e simplificações em nome de um ideal de racionalidade nem sempre compatível com a natureza dos fenômenos. As tecnicidades em algumas áreas, sobretudo a hipervalorização de terminologias, transformaram a abordagem estruturalista num fardo demasiadamente pesado para carregar, ou seja, a simplicidade de captação intuitiva de diferença foi se perdendo em meio a um cipoal de termos, nem sempre muito justificável. Apesar de todos os desvios que se possam apontar para esse *modelo*, ele, certamente, representou um avanço considerável para os estudos lingüísticos.

Nenhum *modelo* alcançou, na história da Lingüística, os efeitos que podem ser tributados para o *modelo transformacional*. As repercussões desse impacto são de ordem bastante diversa: seja em hipóteses demarcadas em regiões locais da linguagem (principalmente na sintaxe), seja em hipóteses que transpuseram suas fronteiras (ou que criaram para ela outras demarcações). Em quaisquer dessas dimensões, encontramos vestígios da presença vigorosa do M_T. Muitas questões da linguagem assumiram, então,

uma abrangência tão desconcertante que, em algumas regiões onde certos conhecimentos eram produzidos com nitidez diferenciadora, de repente se viram perdidos no meio a hipóteses que atravessavam de um campo para outro. Por exemplo, alguns aspectos da relação Lógica / Linguagem e Linguagem / Psicologia tomaram-se difíceis de serem delineados com evidência. A turbulência, nessas duas regiões, é significativa para a compreensão do *modelo*, afinal, foi precisamente aqui onde ele buscou os fundamentos da sua racionalização. Desse modo, a segunda relação decorre da ênfase dada à dimensão cognitiva da linguagem; a maioria dos seus processos passaram a ser vistos numa perspectiva de cognição, diferentemente da tendência, oriunda do séc. XIX, de apontar para uma dimensão fisicalista da fala, o que originou todo o estudo da fonética articulatória. Os processos da fala passam, então, a ser encarados como condição de acesso ao conhecimento e não apenas como produção mecânica. É provável que dessa dimensão advenham os argumentos mais importantes para fundamentar todo processo de conhecimento lingüístico.

Na outra região de conflito (Lógica/Linguagem), vamos deparar também com uma situação idêntica: as dificuldades foram introduzidas devido ao vasto desenvolvimento que a linguagem conheceu, no interior desse *modelo*, na sua dimensão formal. Instâncias diversas de formulação da lógica e da matemática foram resgatadas no estudo da linguagem: construir uma teoria, com o rigor da exigência imposta pelos sistemas formais, estava no núcleo da discussão da passagem de M_E para M_T , o que pode ser verificado no texto de “lançamento” do *modelo* (**Syntatic Structures**) e em tantos outros que complementaram e fizeram crescer essa questão. O interesse despertado pela Lingüística em áreas como a Ciência da Computação, Inteligência Artificial, Robótica decorre desse “fazer formal” que representa o *modelo transformacional*.

Esses *modelos*, em seu conjunto, produziram um efeito acumulativo do conhecimento lingüístico em duas direções. Internamente, representaram uma possibilidade de compreensão dos fenômenos da linguagem, na sua forma constitutiva, nas mais diferentes áreas. Não há qualquer dimensão da linguagem que não tenha sido, de algum modo, abordada, ainda que em extensões diferentes, com intensidade distinta. Externamente, representam o impacto que foi produzido em outras disciplinas: a Lingüística, desde o *modelo historicista*, vinha se tornando um padrão de construção de conhecimento para as Ciências Humanas e Sociais. A partir do *modelo*

transformacional, entretanto, sua influência percorre também outros caminhos, deixando registros importantes nas Ciências da Computação, em alguns tipos de Sistemas Lógicos, nas Ciências Cognitivas, na Cibernética. O progresso alcançado, na história do conhecimento, por esses três *modelos* (M_H , M_E , M_T) transforma a Lingüística numa das disciplinas mais importantes, na formulação do pensamento contemporâneo: dificilmente encontraríamos uma avaliação das formações teóricas contemporâneas em que o trabalho executado sobre a linguagem não fosse reconhecido e destacado. O pioneirismo da Lingüística, seja em M_H (a positividade do conhecimento), seja em M_E (sua racionalidade binária), ou em M_T (sua formalização) fez dela uma disciplina exemplar para as mais diversas áreas do conhecimento. Há, entretanto, muitas questões de linguagem que não tiveram aí um tratamento desejável, nem mesmo considerando a multidão de abordagens que poderíamos apontar no interior de cada um deles.

O uso que fazemos da linguagem não está, por necessidade, circunscrito apenas no desenho que foi traçado por esses *modelos*. As nossas práticas de linguagem, no geral, costumam ser maiores do que aquilo que cada *modelo* consubstanciou como seu objeto de estudo. Cada um, a seu modo, conseguiu dar forma a intuições que temos sobre diversos fenômenos de linguagem; mas eles estão longe de se constituírem numa disciplina efetiva dessa intuição. Quanto mais eles têm progredido, tanto mais apurada torna-se a nossa intuição para os fatos de linguagem. E quanto mais nos apuramos, tanto mais exigentes vamos nos tornando. Trata-se, no fundo, de um poço sem fundo: o formalismo é certamente um domador da intuição, mas ele nunca poderá ser equivalente a ela. No dia em que isso viesse acontecer, estaríamos condenados a uma letargia intelectual irreversível.

É, portanto, na perspectiva de um certo estrangulamento, de uma certa sangria nas bases fundamentais do conhecimento produzido por estes três modelos, que precisamos enfrentar essa nova provocação que é posta pela intuição: a necessidade de migrarmos de um *modelo*, que se consubstanciou pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas e que apresentou, como produto cumulativo, o *enunciado*, para um outro *modelo* que precisa ser construído a partir de outro tipo de relações, ou seja, aquelas derivadas da *enunciação*. O que caracteriza este padrão?

3. Enunciação

Os fatos que associamos a uma perspectiva da enunciado não representam algo de novo no estudo da linguagem. O que faz a diferença aqui é, de um lado, o modo pelo qual têm sido abordados e, de outro, a persistência com que têm sido abordados. Em outras palavras, reconhecer, de forma intuitiva, a importância dos interlocutores, em termos das intenções que colocam em jogo, das convenções a que estão submetidos, do lugar social a que se acham vinculados, das estratégias argumentativas que articulam, não é suficiente para sustentar uma proposta diferenciadora para o estudo da linguagem. Os critérios exigidos para sua validade requerem mais do que meros lampejos da intuição. A extensão em que falamos de *modelos*, nas situações anteriores, em termos de uma certa conjunção de parâmetros e procedimentos que acionamos na análise dos fenômenos, não é, nas circunstâncias atuais, aplicável à *enunciação*. Por mais provisória que seja a análise de problemas, nas duas dimensões anteriores, existe um núcleo central de princípios, construído de tal forma a prover uma certa classe de respostas. Quando se trata da *enunciação*, entretanto, até mesmo os problemas ainda necessitam de uma especificação mais apurada. O que podemos, portanto, incluir num suposto *modelo de enunciação*?

Se percorremos três autores que foram, em alguma escala, precursores nesse território,⁵ encontraremos os elementos fundamentais que serviram de base para aquilo que vem sendo discutido hoje. A partir de Bakhtin, por exemplo, ressaltaríamos um primeiro aspecto que nos pareceu essencial: a crítica que faz a uma *lingüística do enunciado* que, em nome do rigor técnico, expurga tudo aquilo que escapa ao sistema formal da língua. Esse fato é explorado, com maior ou menor ênfase, dentro de algumas disciplinas da Lingüística, mas foi a partir da Psicanálise que ela assumiu um fôlego maior. O autor enfatizou também a dimensão social da *enunciação*: enquanto o *enunciado* se traduz numa espécie de solipsismo, de prevalência do “eu”, a *enunciação* se constrói pela necessidade de distribuir o universo da linguagem entre um “eu” e um “tu” (outro). Esse tipo de formulação produziu repercussões importantes nas questões de sentido, pois foi responsável por descentrá-lo, instalando um outro regime de engendramento, onde o “eu” não é mais o seu eixo, já não detém mais

⁵ TODOROV, T. L'Énonciation. In: **Langages**. 17. 1970; BAKHTIN, M. Língua, Fala e Enunciação / A Interação Verbal. In: **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981. BENVENISTE, É. Aparelho Formal da Enunciação. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

sua hegemonia. O que passa a prevalecer é o conflito que se torna um parâmetro de decisão sobre as questões cruciais sobre o sentido. É claro que não dispomos de instrumentos eficientes para a sua avaliação neste momento, mesmo porque só mais recentemente as abordagens semânticas acordaram para o assunto. Nem por isso, entretanto, devemos ignorá-lo.

Benveniste e Todorov apontaram algumas questões tópicas, com uma orientação lingüística mais específica. Assim, ressalta em ambos os autores a preocupação em mostrar os elementos que mantêm uma dubiedade entre o *enunciado* e a *enunciação*: os dêiticos, as expressões indiciais (exofóricas) constituem a base da argumentação de ambos em favor de uma Lingüística sensível às questões da *enunciação*. Ambos também ressaltam a importância do tempo, mas é Benveniste quem foi mais explícito. Seu comentário é sintético, mas é dele que gostaria de extrair algumas consequências. O autor afirma:

“Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – freqüentemente vasto e complexo – das formas temporais, que se determinam em relação a EGO, centro da enunciação. Os ‘tempos’ verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário.”

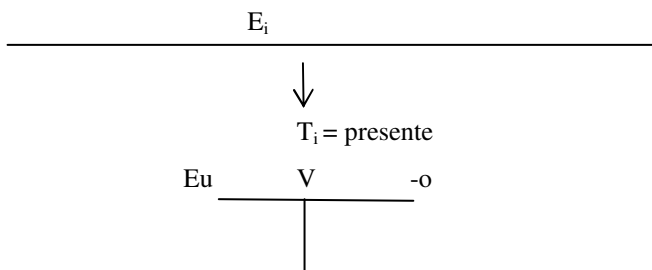
Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua necessidade, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo.

No essencial da sua formulação, a existência do *presente* subordina-se à enunciação, ato efetivo, através do qual o falante se apropria das formas lingüísticas, dentre elas a forma do *presente*. Assim, do *presente* é que ele faz, portanto, derivar o *tempo* e deste deriva o *passado* e o *futuro*. Há dois deslocamentos fundamentais nesta proposta do autor. O primeiro resultante da necessidade de desfazer a causalidade entre *tempo* e *presente*: de um lado, por desvincular o *presente* de uma decorrência imediata do *tempo*, situando aquele fora da esfera deste último; de outro, por resgatar essa

correlação, na medida em que atribui ao *presente* a função de engendrar o *tempo*. O *presente* torna-se um acontecimento único, cuja natureza escapa aos caprichos documentais ao nível do *enunciado*; é ele marca inerente da *enunciação*. Certamente, trata-se de uma formulação polêmica o fato de o autor deslocar o *presente* do domínio do *tempo*. Entretanto, que garantias temos para conceber o *presente* no *tempo*, se qualquer referência a ele destaca uma diferença com o *passado* e com o *futuro*? Até agora tem sido mais confortável traduzi-lo na mesma extensão do *passado* e do *futuro*. Isso apenas dá conta da sua natureza emblemática?

O segundo deslocamento traduz-se pela quebra da linearidade atribuída a *passado-presente-futuro*. Se a nossa tradição viu nesses três elementos uma condição de recorte do eixo *temporal*, Benveniste se propõe, quebrando essa distribuição linear, mostrar que o *presente* situa-se num estágio diferente e que tem como função projetar, numa escala temporal, fatos que materializam o *passado* e o *futuro*, verdadeiras instâncias temporais. Como podemos operar com esta proposta do autor em termos da compreensão de fatos do processo enunciativo, isto é, fatos que são temporalmente situados? Se o processo enunciativo representa, de fato, essa instância necessária de realização da fala, poderíamos pensar numa situação assim representada:

Eixo I: Enunciação:



Ti - i = passado

Ti + i = futuro

Eixo 2: Tempo:

Ti - n... Ti-3, Ti-2,

Ti-i Ti + i, Ti +2, Ti +3..., Ti + n

Como funciona este quadro, a partir da hipótese de Benveniste? E_i representa qualquer estado único de *enunciação*. Existem infinitos outros estados que podem ser indicializados para cada circunstância específica. Cada estado E marca uma *enunciação* determinada, que representamos aqui pela fórmula

Eu V -o, indicando eu, como o único sujeito que a linguagem reconhece ao nível da *enunciação*, e -o como forma representativa de *presente*. Assim, todas as formas lingüísticas, nesse nível, têm esse padrão, embora, por economia, nem sempre elas precisem ser explicitadas. Por exemplo, a frase Fui ontem ao cinema representa, no fundo, [*Eu afirmo que*] fui ontem ao cinema. Este ‘operador enunciativo’, um performativo, na concepção da Teoria dos Atos de Fala, apenas projeta o conteúdo proposicional no eixo do *tempo*, seja na dimensão do *passado*, como esse exemplo, seja na dimensão do futuro, como o indica a frase [*Eu afirmo que*] vou.

Todos os conteúdos que são estruturados ao nível da *enunciação* têm duas destinações no eixo temporal: ou serão mapeados como um índice específico da fórmula T_i - n, ou o serão na fórmula T_i + n. Nos exemplos acima, o conteúdo proposicional fui ontem ao cinema poderá ser descrito por Ti - 2, enquanto vou, por Ti + i, sabendo-se que o ponto, demarcado pelo inteiro (2 ou 1) na escala de *passado* ou *futuro*, é aqui arbitrário. Além do mais, a interpretação de um dado conteúdo proposicional no *passado* ou no *futuro* depende de dois fatores: numa extensão imediata, da natureza dos elementos gramaticais recorrentes na estrutura frasal, como se verificou nos casos acima (fui / vou); numa outra, da natureza semântica do performativo que possa preencher a forma Eu V -o. Desse modo, se V for substituído por esquecer (de cumprimentá-la) / lembrar (de fechar a porta) / acabar (de sair), todos os conteúdos entre parênteses reportam fatos transcorridos (ou que deveriam ter acontecido) num *passado* em relação ao momento da *enunciação*, sem a necessidade de formas morfêmicas apropriadas, em muitos casos. Se, por outro lado, substituo V por querer (viajar) / precisar (dormir) / prometer (visitar) / dever (estudar), os conteúdos nos parênteses agora reportam fatos que se projetam para o *futuro*, isto é, *viajar*, *dormir*,

visitar, estudar são comportamentos realizáveis num tempo posterior ao da sua enunciação.

Este mapeamento aqui ilustra apenas aquelas estruturas que imediatamente podem ser representadas dentro da forma geral. É lógico, entretanto, que muitos outros detalhes precisam ser discutidos nesta formulação; de todo modo, porém, a dúvida maior é a de saber se a forma geral é *projetiva*, ou seja, se descreve os fatos para serem realizáveis depois da sua *enunciação*, ou *retrojetiva*, se descreve os fatos como já acontecidos num tempo anterior ao da sua *enunciação*.

Esses comentários aqui expressos têm o objetivo de apenas configurar, de forma menos abstrata, a situação global proposta por Benveniste, quando sugere um arranjo para a temporalidade, nos termos seguintes: o *presente* dá origem ao *tempo* que gera o *passado* ou o *futuro*. Ainda que venhamos a sustentar dificuldades com esta formulação, pela forma abreviada com que está sendo aqui apresentada, seria importante resguardar o fato de que ela aponta, de forma provocativa, para um redimensionamento de muitos fatos de linguagem. Aqui tratamos dela numa versão simplificada, porque o objetivo era apenas o de ilustrar alguma forma de operar ao nível da *enunciação*.

4. Conclusão

Ao concluir as questões que foram aqui desenvolvidas, gostaríamos de ressaltar aspectos dessa encruzilhada com que deparamos, na medida em que passamos a adotar hipóteses, na análise da linguagem, aspectos, categorias que implicam diretamente a *enunciação*.

Trata-se de um aspecto que já demarcamos ao longo dessa discussão: isto é, do contraste entre o caráter inevitável das questões que são postas a partir da *enunciação* e a escassez de recursos formais de que dispomos ainda para lidar com elas. Não há nenhum demérito nisso, se estamos dispostos a assumir a travessia para um outro *modelo*, com os desdobramentos que estão aí implicados. O primeiro deles é a necessidade de reconhecer que o campo da *enunciação* ainda é muito obscuro e que não é possível pretender validar hipóteses apenas a partir de boas intuições que possamos ter dos fatos. Não se trata de obstruir as nossas intuições, trata-se de buscar uma fundamentação formal para elas. O segundo ressalta o fato de que recorrer

à *enunciação* não pode ser compreendido como uma simplicidade (nem como uma eficiência) no equacionamento de problemas. Pelo contrário, esse nível introduz um grau de complexidade ainda maior às questões. Uma suposta facilidade só pode ser factível quando o único argumento válido é o apelo à intuição. E aí mergulhamos num terreno onde a validade dos argumentos já deixou de ser essencial, onde, portanto, qualquer tentativa de racionalização também, por extensão, se torna descartável.